

Sumário

AGRADECIMENTOS À 2 ^a EDIÇÃO	7
AGRADECIMENTOS À 1 ^a EDIÇÃO	9
SOBRE A COLEÇÃO LIEBMAN	13
PREFÁCIO	15
INTRODUÇÃO	21
1. SISTEMAS DO CIVIL LAW E DO COMMON LAW E A EVOLUÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO DIREITO BRASILEIRO	25
1.1. Sistemas do <i>civil law</i> e do <i>common law</i> : origens, fontes e convergência	25
1.1.1. <i>Civil law</i>	26
1.1.2. <i>Common law</i>	30
1.1.3. Convergência entre os sistemas	34
1.2. Evolução dos “precedentes judiciais” no direito brasileiro	36
1.3. Modelo de processo adotado pelo CPC/2015 e princípios aplicáveis ao sistema de precedentes	40
1.3.1. Modelo constitucional de processo e princípio da cooperação	41
1.3.2. Contraditório	47
1.3.3. Igualdade	51
1.3.4. Boa-fé objetiva, segurança jurídica e proteção da confiança	54
1.3.5. Duração razoável do processo	58
2. PRECEDENTES JUDICIAIS E DECISÕES VINCULANTES NO CPC	61
2.1. Precedente, jurisprudência e súmula: distinções necessárias	61
2.2. Estrutura e aplicação do precedente	67
2.2.1. Identificação dos fundamentos determinantes do precedente	67
2.2.1.1. Teorias para distinguir a <i>ratio decidendi</i> do <i>obiter dictum</i>	67

2.2.1.2.	Dificuldades para a identificação dos fundamentos determinantes da decisão no direito processual brasileiro	71
2.2.1.3.	<i>Ratio decidendi</i> x Tese jurídica	76
2.2.2.	Técnicas de utilização do precedente	80
2.2.2.1.	Identidade, analogia e distinção.....	80
2.2.2.2.	Superação	88
2.2.3.	A relevância da fundamentação para a aplicação e não aplicação do precedente.....	93
2.3.	Incidência do precedente	104
2.3.1.	Uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência.....	104
2.3.2.	Eficácia vinculante do precedente: “os juízes e os tribunais observam”	112
2.3.3.	Discretariedade judicial e respeito ao precedente	115
2.4.	Pronunciamentos judiciais vinculantes previstos no art. 927	118
2.4.1.	Decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade....	119
2.4.2.	Enunciados de Súmula.....	125
2.4.3.	Tese jurídica fixada em Incidente de Assunção de Competência (IAC) ou de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e em julgamento de recursos repetitivos	129
2.4.4.	Decisões dos órgãos de cúpula dos tribunais	137
2.5.	Recurso extraordinário julgado pelo regime de repercussão geral.....	138
3.	AÇÃO RESCISÓRIA POR VIOLAÇÃO À NORMA JURÍDICA	147
3.1.	Antecedentes históricos da ação rescisória	147
3.2.	Conceito e natureza jurídica da ação rescisória	151
3.3.	Objeto da ação rescisória.....	153
3.4.	Juízos rescindente e rescisório	156
3.5.	Prazo	161
3.6.	Ação rescisória por violação à norma jurídica.....	166
3.6.1.	Ação rescisória por violação a literal disposição de lei – CPC/1973	166
3.6.2.	Ação rescisória por violação manifesta à norma jurídica – CPC/2015....	172
3.6.2.1.	Origem da alteração legislativa: os debates na Comissão de Juristas e a adoção da concepção de norma jurídica como conjunto de regras e princípios	172

3.6.2.2.	Distinção entre texto (enunciado) e norma.....	183
3.6.2.3.	Significado de violar “manifestamente”	190
4.	AÇÃO RESCISÓRIA E PRECEDENTES: ANÁLISE DOS §§ 5º E 6º DO ART. 966 DO CPC.....	195
4.1.	A Lei nº 13.256/2016 e a inserção dos §§ 5º e 6º no art. 966.....	195
4.2.	As normas extraídas de quais precedentes que autorizam a utilização da ação rescisória?	202
4.3.	A ofensa que permite a rescisão.....	211
4.3.1.	Distinção fática	215
4.3.2.	“Questão jurídica não examinada”	218
4.3.3.	Princípio da inércia e ônus argumentativo do autor	222
4.4.	Limites temporais.....	224
4.4.1.	Momento do trânsito em julgado da decisão rescindenda.....	224
4.4.2.	Momento de formação do precedente.....	226
4.4.3.	A Súmula 343 do STF	229
4.4.4.	Alteração do precedente e modulação temporal dos efeitos da decisão	243
4.4.4.1.	Modulação temporal dos efeitos das decisões judiciais: aspectos gerais.....	243
4.4.4.2.	Cabimento da ação rescisória para adequar decisão transitada em julgado à modulação de efeitos da tese fixada no precedente	247
4.4.5.	Lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF (arts. 525, § 15, e 535, § 8º, do CPC).....	251
4.4.5.1.	A posição da doutrina antes do advento do julgamento da QO na AR 2.876 pelo STF	251
4.4.5.2.	O entendimento do STF no julgamento da QO na AR 2.876: o novo regime jurídico da coisa julgada inconstitucional	256
4.4.6.	Cessação dos efeitos da coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado	263
4.4.6.1.	O tratamento dado pelo STF nos Temas 881 e 885	263
4.4.6.2.	O “estado da arte” na jurisprudência do STJ	271
	CONCLUSÃO	275
	REFERÊNCIAS	279